

OS PRIMÓRDIOS DA CRONÍSTICA MEDIEVAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

Filipe Alves Moreira

Um dos meios mais utilizados pelas elites medievais para criarem e transmitirem imagens do passado foram as crónicas, um tipo de texto que podemos definir, muito simplificadamente, como narrativas em prosa de extensão variável que se ocupam de um conjunto de episódios interrelacionados dentro de um recorte temporal ou temático, sendo a cronologia dos eventos narrados, geralmente, o principal critério ordenador das matérias. Para além disso, as crónicas apresentavam-se e eram percebidas (pelo menos em parte) como relatos verdadeiros ou verosímeis, por mais lendárias e ficcionais que hoje as consideremos. Por razões facilmente compreensíveis, foram um dos gêneros mais populares ao longo da Idade Média e depois. Portugal não foi exceção, apesar de os textos com essas características hoje conhecidos serem maioritariamente do século XV ou posteriores. Como, quando e porquê surgiu o género cronístico em português? A resposta não é fácil e estamos longe de possuir todos os elementos que desejaríamos conhecer.

A minha tese, parcialmente baseada em investigações anteriores, é a de que a mais antiga crónica escrita em língua portuguesa hoje conhecida foi originalmente redigida na segunda metade do século

XIII, em meios afetos à corte régia e usando como principal modelo um texto castelhano, galego ou leonês. A crónica a que me refiro é normalmente conhecida pelo nome de *IV^a Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*. Foi assim chamada por Alexandre Herculano, porque a única cópia existente faz parte de um manuscrito miscelâneo, composto por diversos manuscritos previamente autónomos, mas todos escritos (isto é, copiados) em meados do século XV, possivelmente em Santa Cruz de Coimbra, local onde esta miscelânea esteve até à primeira metade do século XIX, quando o mesmo Herculano a levou para a Biblioteca Pública do Porto. A designação por que a crónica é conhecida deve-se à ordem dos textos neste manuscrito, que não deve confundir-se com a ordem pela qual foram compostos, nem mesmo com a ordem pela qual foram copiados. Tal como aí nos surge, trata-se de uma pequena história dos reis de Portugal, desde o conde D. Henrique e D. Afonso Henriques até D. Afonso IV. A versão original foi, contudo, certamente escrita em data anterior. Sabemos isso porque a última das versões da *Estoria de España* redigida em vida de Afonso X, entre 1282 e 1284, copiou extensas passagens desta crónica portuguesa, obviamente traduzindo-as para castelhano. Sabemos também, devido a um autor quinhentista que teve acesso a uma cópia antiga desta crónica, que, na versão original, ela não era somente uma história dos reis de Portugal, mas sim uma história da Espanha, ou, melhor, uma história do processo depois chamado de «Reconquista», pois começava com os reis asturianos, a que se seguiam os reis leoneses, castelhanos e portugueses (e possivelmente também os reis navarros e aragoneses). Juntando todas estas peças, podemos ensaiar uma caracterização geral e sumária desta crónica e do lugar por ela ocupado na evolução da historiografia portuguesa. Não sabe-

mos quem foi o autor, mas mais importante que isso é adiantarmos uma hipótese a respeito dos promotores. A pergunta a fazer é a quem interessaria redigir tal texto. Por razões que aqui não cabe detalhar (MOREIRA, 2008), parece-me que a resposta mais plausível é a corte de Afonso III, ou um meio com ela relacionado.

Estaremos perante um dos muitos momentos históricos em que a chegada a uma comunidade de um novo poder decorrente de um processo «político» à partida não previsto nem esperado motiva uma releitura, teleologicamente orientada, do passado dessa comunidade. O anónimo redator da versão original desta crónica teve como modelo uma versão castelhana, galega ou leonesa do chamado *Liber Regum*, um dos mais antigos textos historiográficos ibéricos em língua vulgar. Traduziu a parte dedicada aos reis ibéricos e utilizou a mesma forma (genealogia entremeadada de narrativas, tudo interligado) para compor a história dos reis de Portugal. As partes mais interessantes são as dedicadas a Afonso Henriques e a Sancho II. Para escrever o reinado de D. Afonso I, literariamente o mais notável e famoso de todos, o redator socorreu-se, certamente, de textos e tradições prévias que teve de harmonizar e, em certo sentido, «domesticar». Desconhecemos os materiais em que se baseou, mas uma leitura atenta permite perceber que conteriam versões e apreciações contraditórias sobre a ação do rei. Curiosamente, o primeiro a notar essas contradições foi o próprio redator da crónica, que, após contar o célebre episódio do «Bispo negro», enumerou um conjunto de fundações de mosteiros e outros atos de irrepreensível piedade devidos ao monarca. Apercebendo-se da contradição existente entre estes episódios (sobretudo para uma certa mentalidade do tipo clerical), introduziu, em seguida,

um comentário que constitui, em toda a crónica, o único momento em que se deixa perceber a voz do cronista, e segundo o qual Afonso Henriques teria sido esquivo e bravo na juventude, mas depois andou nos caminhos de Deus. Esta crónica foi a fonte principal da Crónica de 1344, do Conde Pedro de Barcelos, para a história portuguesa, e está na origem de uma cadeia multissecular de leituras, resumos, adaptações e reformulações, da quais também nós, hoje em dia, fazemos parte.

Para saber mais

Catalán, Diego, De Alfonso X al Conde de Barcelos. *Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.

Mattoso, José, «A primeira crónica portuguesa». In: *A História Contemplativa*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2020, pp. 141-160.

Moreira, Flípe Alves, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.